

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMÉRICA LATINA: BRASIL E MÉXICO

THE CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND SUSTAINABILITY IN LATIN AMERICA: BRAZIL AND MEXICO

Data de submissão: 09-12-2013

Aceite: 19-07-2014

Lira Luz Benites Lázaro¹
Amaury Patrick Gremaud²

RESUMO

A responsabilidade social empresarial (RSE) como parte da gestão dos negócios na América Latina é um tema novo que teve um desenvolvimento crescente nas últimas décadas, impulsionado, principalmente, pela globalização, a revolução nos meios de comunicação e pelas redes sociais. Fatores que demandam diretamente no comportamento ético das empresas, no respeito aos direitos humanos e na proteção ao meio ambiente. O trabalho tem como objetivo descrever, utilizando a tipologia proposta por Simon Zadek, o estágio no qual se encontra a RSE em dois países latino-americanos: Brasil e México. Os resultados do levantamento exploratório mostrou que o tema nos dois países encontra-se no estágio emergente e de consolidação, dentro da discussão sobre a maturidade das questões socioambientais na sociedade.

Palavras chave: Responsabilidade Social Empresarial, Cidadania Corporativa, Sustentabilidade, América Latina.

1 Possui graduação em Derecho y Ciencias Sociales pela Universidad Católica Los Ángeles, ULADECH, mestrado em Programa em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo, USP e doutorado em Programa em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo, USP. São Paulo. São Paulo. Brasil. E-mail: lbenites@usp.br

2 Possui graduação em Economia pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, FEA/USP, mestrado em Economia pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, FEA/USP e doutorado em Economia pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, FEA/USP. Ribeirão Preto. São Paulo. Brasil. E-mail: agremaud@usp.br

ABSTRACT

Corporate Social Responsibility (CSR) as part of business management in Latin America is a new topic that had a growing development in recent decades, driven particularly by the globalization, the media and social networks. Factors that directly demand ethical corporate behavior, respect for human rights and environmental protection. This paper aims to describe, using the typology proposed by Simon Zadek, the stage in which the CSR issues are situated in two Latin American countries: Brazil and Mexico. The results of the exploratory study showed that the CSR in the two countries are in the emerging and consolidation stages within the discussion about the maturity of the socio-environmental issues in the society.

Keywords: *Corporate Social Responsibility, Corporate citizenship, Sustainability, Latin America.*

1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade social das empresas tornou-se importante na última década do século XX, impulsionada por vários aspectos como a globalização da economia, os acordos multilaterais, o avanço das tecnologias de informação e os meios de comunicação que contribuíram para a disseminação dos conceitos de responsabilidade social empresarial, cidadania corporativa e empresa sustentável.

Na década de 1990, como observa Stephan Schmidheiny,³ algumas empresas pioneiras começavam a se preocupar com o impacto de suas atividades econômicas na sociedade e no meio ambiente, naquela época no mundo quase não se falava em responsabilidade social empresarial e o conceito estava apenas começando a ser forjado (AVINA, 2011). A Cúpula da Terra de 1992 reforçou a tendência que se iniciava, com ela houve uma maior institucionalização das questões socioambientais, e com isso, se estabeleceram os indicadores de sustentabilidade, as certificações voluntárias, a análise do ciclo de vida dos produtos, o eco-design e as práticas de diálogo com as partes interessadas (*stakeholders*) entre outros, (NÚÑEZ, 2006).

Nesta mesma década, num mercado global cada vez mais competitivo e uma sociedade mais preocupada com as demandas por novos padrões de trabalho e respeito ao meio ambiente, temas alternativos foram se consolidando no campo da responsabilidade social. Entre eles pode-se destacar o desempenho social corporativo (WOOD, 1991), a teoria dos *stakeholders* (FREEMAN, 1984; DONALDSON; PRESTON, 1995), a teoria da ética dos negócios (CARROL, 1991), a cidadania corporativa (MCINTOSH et al., 1998, 2001), e o *triple bottom line* (ELKINTONG, 1997). Muitas vezes, dentro deste temário, houve tentativas para transformar estas preocupações em uma noção de sustentabilidade que pudesse ser útil para as empresas (TOFFEL; LEE, 2009).

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) na América Latina é uma disciplina de interesse recente. Existem ainda poucos trabalhos sobre o assunto e de modo geral são traduções de publicações escritas para outros contextos e para outras finalidades que não empresariais (VIVES; PEINADO-VARA, 2011). Além disso, quase não existem estudos comparativos em RSE entre os países da região, como observado por Oliveira (2006) o que existe é uma produção acadêmica concentrada na chamada “cidadania corporativa”, entretanto esses trabalhos estão voltados para uma discussão da dinâmica interna de cada país.

Por outro lado, algumas questões sociais e ambientais são comuns a todos os países, como a mudança climática, a gestão de resíduos sólidos, preservação de florestas, direitos humanos, condições mínimas de trabalho, entre tantas outras. Portanto, as prioridades na América Latina são diferentes daquelas encontradas na Europa ou nos Estados Unidos (PEINADO-VARA, 2011).

³ Schmidheiny é um empresário Suíço, pioneiro na difusão da responsabilidade social empresarial. Com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável na América Latina, criou a Fundação Avina. Foi um dos principais arquitetos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992. Mobilizou uma boa parcela dos empresários para questões ambientais e de desenvolvimento sustentável a partir de sua perspectiva: “Não pode haver empresas bem sucedidas em sociedades fracassadas” (AVINA, 2011).

Destaca-se aqui a desigualdade, a pobreza, o desemprego, o acesso a educação, saúde e ao saneamento básico como os principais problemas da região. Além disso, a mudança climática costuma afetar social e economicamente os países emergentes, pois estes possuem menos recursos para sua mitigação e adaptação. Tanto a perda de biodiversidade quanto a contaminação dos recursos naturais implicam em altos custos ambientais e econômicos, questões que requerem com urgência mais investimentos e inovação (AVINA, 2011).

Esta realidade latino-americana afetada por tantos problemas e necessidades, ao qual grande parte das empresas, embora ainda não de forma massiva, começaram a dar atenção por meio de ações de RSE.

Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é descrever o estágio no qual se encontra a RSE em dois países latino-americanos: Brasil e México. A metodologia utilizada é de natureza exploratória, utilizamos a tipologia proposta por Simon Zadek sobre os estágios de maturidade das questões socioambientais na sociedade. Além disso, fizemos levantamento a partir dos mecanismos usados para a difusão de práticas de RSE, com base em relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI) e da adesão a princípios globais do Pacto Global. Finalmente, a título de exemplo, apresentamos o questionário que foi dirigido às empresas no Brasil e México que registraram seus projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) visando conhecermos a estrutura organizacional na qual se encontra vinculada a área de responsabilidade socioambiental ou de sustentabilidade.

Na seção a seguir é descrito a evolução do conceito do RSE, cujo entendimento passou desde uma atividade associada estritamente à filantropia até ser incorporado como estratégia empresarial na busca da sustentabilidade empresarial como um fim. Logo depois, nos tópicos seguintes discutimos a RSE na América Latina com enfoque nos dois países do estudo.

2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

A globalização trouxe a liberalização do comércio, mas também a comunicação global e a transferência rápida de informações ao redor do mundo. Segundo Mazurkiewicz (2006) na atual economia global, com a internet, os meios de comunicação e a revolução das informações, as práticas de negócios ao redor do mundo estão mais transparentes e as empresas são frequentemente julgadas, pelo menos em parte, com base em sua gestão social e ambiental, deste modo a RSE tornou-se para as empresas uma necessidade para a continuidade de sua própria existência no mercado (BENITES; POLO, 2013).

Especialmente, os problemas ambientais difundidos nos últimos anos, como o aquecimento global, as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, entre outros, têm atraído o interesse da sociedade, das instituições públicas e das empresas. As novas expectativas dos consumidores e acionistas, diante das exigências para que as organizações melhorem seu desempenho social e ambiental deram novo valor para a marca, para a imagem e a reputação das empresas. Desta forma, estas começaram a perceber que as apostas tradicionais em preço e publicidade não eram mais suficientes (CORREA et al, 2004).

No início deste século, em comparação com as décadas anteriores, a RSE registrou um avanço mais acelerado (PEINADO-VARA, 2011), movidos pela influência das tendências internacionais e por projetos locais que buscam dar resposta às necessidades específicas de cada país. A RSE torna-se uma questão cada vez mais central nas agendas corporativas (NÚÑEZ, 2006).

Muitas empresas têm feito progressos, indo além da conformidade com a lei ou ações filantrópicas ao considerar, também importante, as questões mais centrais do negócio, como a

gestão de risco, as inovações e a criação de valor (CORREA et al, 2010). A busca pela competitividade dos negócios tem levado muitas empresas a incluir suas preocupações sociais e ambientais no centro de suas estratégias corporativas (MCINTOSH et al, 2001). Para promover tais políticas estratégicas, as empresas devem estabelecer relacionamentos éticos com diversos grupos da sociedade, os chamados *stakeholders* (TEIXEIRA; MORAES 2013).

Cabe mencionar que, sobre o conceito da RSE, existem diversas definições e debates sobre as maneiras de entendê-lo. Estas diferentes percepções do conceito variam, principalmente, entre o setor privado, governos e organizações da sociedade civil. Para Mazurkiewicz e Grenna (2003) há três perspectivas em torno da RSE: a primeira inclui a garantia de boa governança corporativa, isto é, uma empresa que administre seu negócio de forma responsável em relação a seus *stakeholders* (acionistas, funcionários, clientes e fornecedores); a segunda faz referência ao papel da empresa em relação ao Estado, a legislação e responsabilidade como contribuinte, garantindo que o Estado possa funcionar de forma eficaz; e a terceira, considera o desempenho da empresa como um membro responsável da sociedade na qual atua e que envolve suas relações com as pessoas e o meio ambiente.

Neste sentido, alguns conceitos incluem questões ambientais outros apenas os fatores sociais, há os que trabalham aspectos diversos focando tanto o social, o econômico como o ambiental. Também surgem conceitos como sustentabilidade, governança corporativa, desenvolvimento sustentável. Cada conceito foi criado baseado a partir de uma análise e um determinado ambiente, justificando assim tantas formas de entender o tema (MILANI et al, 2012). Como menciona Núñez (2003), a RSE é um termo muito amplo que pode dizer muito ou nada de concreto ao mesmo tempo. No entanto, qualquer que seja a definição adotada, todos concordam sobre a necessidade de promover boas práticas nos negócios, assumindo a responsabilidade dos impactos sociais, ambientais e econômicos gerados pela sua atividade produtiva.

Em seus primórdios a RSE era concebida como caridade, relacionada com as atividades puramente de auxílio comunitário (MILANI et al, 2012). Mas ela evoluiu de uma atividade associada estritamente à filantropia para um elemento cada vez mais central, isto é como estratégia empresarial, que visa à construção de uma nova cultura corporativa e que necessita internalizar grandes assuntos e preocupações mundiais (NÚÑEZ, 2006).

Conceitualmente, como menciona Peinado-Vara (2011) da filantropia, passou-se pela cidadania corporativa até chegar à busca de RSE integral. O que implica ser um ator social que gerencie sua atuação de acordo com seus diversos domínios, não somente econômicos, mas também atendendo e respondendo aos interesses dos distintos grupos com os quais se relaciona na sociedade, para propor uma melhoria dentro do marco da sustentabilidade, ou seja, da inter-relação entre as áreas econômica, social e ambiental.

Com relação à visão da empresa sobre o desenvolvimento sustentável, as três dimensões (econômico, social e ambiental) tornaram-se um modelo de interpretação da sustentabilidade. Este “princípio da sustentabilidade” aparece frequentemente invocando o “*Triple Bottom Line*” (PORTER; KRAMER, 2006), o qual representa a transição de práticas de negócios tradicionais para outro novo, que passa considerar a performance ambiental e social das empresas, para além da estrutura financeira (ELKINGTON, 1997). Assim, a sustentabilidade converter-se num princípio fundamental da gestão inteligente da empresa (SAVITZ; WEBER, 2006).

O conceito de RSE foi ampliando-se para a sustentabilidade para dar resposta a um maior número de demandas (AVINA, 2011). A partir dessa perspectiva a RSE passa ser uma ferramenta para reorganizar os poderes da sociedade, num cenário de preocupação com questões sociais e ambientais em meio às pressões impostas pela finitude do capital natural.

O entendimento e a inclusão da sustentabilidade nas empresas foi escalando degraus nas agendas corporativas (PEREIRA et al, 2011), em muitas delas, incorporando-se como um conceito central, nos seus processos de produção e relacionamento entre as partes interessadas. Segundo estudo realizado pela Fundação Avina (2011) com 76 especialistas em RSE latino-americanos, os consultados consideraram a responsabilidade social das empresas como um meio e a sustentabilidade como um fim.

Nesta mesma linha, ao considerar a sustentabilidade empresarial o fim máximo a ser alcançado, Marrewijk (2003) propõe um modelo hierárquico, no qual as três dimensões do *triple bottom line* servem de pilar para a responsabilidade social e a RSE, por sua vez serve de base para a sustentabilidade corporativa. Nesta mesma linha o estudo do Instituto Ethos et al. (2010) menciona que a RSE é um importante caminho para atingir a sustentabilidade a partir do protagonismo das empresas, evidenciado, especialmente, nas iniciativas que vinculam o setor privado com questões como negócios inclusivos, comércio justo, consumo responsável e cidades sustentáveis (AVINA, 2011).

Deste modo, a realidade atual esta impondo uma mudança na cultura empresarial que deve contribuir para o desenvolvimento sustentável. Para Zadek (2004), as empresas tratam os temas sociais e ambientais de forma diferente, de acordo com o estágio de maturidade destes assuntos na sociedade e com a etapa em que se encontram na curva de aprendizagem dentro do processo de mudança organizacional para a sustentabilidade, como é mostrado no Quadro 1.

Essas etapas de aprendizagem organizacional podem ir desde uma posição defensiva, passando por uma posição de conformidade, outra gerencial, até empresas que consideram a gestão de questões sociais e ambientais como estratégicas para finalmente chegar a uma posição civil ou proativa.

Quando um tema está no início de sua evolução, as empresas podem adotar uma postura defensiva e escapar da sua responsabilidade; mas quando ele se encontra mais maduro na sociedade, as empresas precisam adotar uma postura mais estratégica e proativa de modo a evitar os riscos e aproveitar as oportunidades. No caminho para adotar a postura proativa a empresa pode incorporar as questões sociais na sua gestão operacional ou pode integrá-lo na sua estratégia de negócios, as respostas empresariais, ante uma dada situação, combinam-se com a maturidade de um tema na sociedade que compreendem as motivações que nortearão o planejamento estratégico e os planos de ações ligados à nova economia.

Assim, Zadek (2004) afirma que a grande questão, para a maioria das empresas, é determinar a partir de que ponto a zona de risco se transforma em zona de oportunidade. Isto depende de vários fatores e as empresas podem reverter esta situação a seu favor, sendo ágeis na busca por soluções para problemas socioambientais em estágio latente, enquanto a maioria de seus concorrentes ainda está adotando posturas defensivas.

Quadro 1. Estágios de maturidade das questões socioambientais na sociedade.

Etapa	Características
Latente	As comunidades de ativistas e ONGs estão cientes do problema. Há pouca evidência científica ou concreta O assunto é ignorado ou desestimado pela comunidade empresarial.
Emergente	Existe consciência política e da imprensa sobre o tema Existe um corpo de pesquisa emergente, e os dados ainda são fracos. As empresas líderes estão experimentando abordagens para resolver a questão.
Consolidação	Existe um conjunto emergente de práticas de negócios sobre o assunto; São estabelecidas iniciativas voluntárias de alcance setorial; Existe demanda e uma crescente opinião da necessidade de legislar; Desenvolvem-se normas, padrões voluntários e se produzem ações coletivas.

Etapa	Características
Institucionalização	Estabelecem-se legislações e normas de negócios; As práticas introduzidas tornam-se uma parte normal de um modelo de excelência empresarial.

Fonte: Zadek (2004).

Segundo a tipologia proposta por Zadek, a evolução de um tema na sociedade atravessa quatro estágios: 1) latente: quando o tema preocupa os ativistas e as organizações não governamentais, mas não conta com evidências científicas confiáveis e a comunidade de negócios o ignora; 2) emergente: existe certa consciência política e midiática ao redor do tema, há um *corpus* de investigação incipiente e com dados ainda frágeis e os líderes dos negócios começam a lidar com o tema; 3) em consolidação: em que há um *corpus* emergente de práticas de negócios em torno do tema, surgem iniciativas e padrões voluntários com alcance setorial, cresce a idéia da necessidade de uma legislação, desenvolvem-se normas, padrões voluntários e se produzem ações coletivas; 4) institucionalizado: quando há legislação e normas de negócios estabelecidas e as práticas se tornam parte de um modelo de excelência do negócio.

3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA AMÉRICA LATINA.

Na América Latina o vínculo entre o empresariado e a sociedade parte de uma tradição filantrópica empresarial fomentada por instituições religiosas (PEINADO-VARA, 2011). No contexto regional, a história e a situação particular de cada país são indutores da RSE e há diferenças significativas nesta matéria entre os países e inclusive dentro de cada país. Assim, como diversos graus de evolução, de modalidade e de complexidade das problemáticas sociais e ambientais, também existem diferenças nas abordagens destes problemas e suas implicações em termos de ações sociais das empresas. Em muitos casos e empresas, a RSE continua sendo vista na prática, como meras ações filantrópicas; mas, em outros, ela assume uma proposição mais estratégica (VIVES, 2008).

Há países em que certos setores dominam a esfera econômica e conseqüentemente também das práticas de RSE, como é o caso no setor de mineração no Chile e no Peru, onde os conflitos sociais e outras problemáticas trazem a necessidade de afrontá-los com a ajuda do setor privado por meio de suas ações e programas sociais (PEINADO-VARA, 2011).

Também as medidas e estratégias ambientais são particularmente importantes, na América Latina, dado que uma boa parte da atividade produtiva está relacionada a setores e atividades de elevada sensibilidade ambiental, que envolvem extração de recursos naturais ou têm um alto consumo de energia.

Segundo a CEPAL (2008), os setores extrativistas tiveram grande impacto no desenvolvimento econômico na região, inclusive com investimentos estrangeiros diretos dirigidos especificamente nesses nichos. Por isso, para Barton (2006) na região existe um forte eco-dependência, pelo uso de recursos naturais e pela degradação contínua de recursos ambientais, os quais determinam o seu desenvolvimento socioeconômico e sua inserção na economia global.

Além, do Brasil e México que participam com a maior parte das exportações de manufaturados, o comércio em grande parte da América Latina é caracterizado pela participação de exportações de minerais e produtos agrícolas. Vinte e cinco (25) das cinquenta (50) maiores empresas da região dedicam-se às atividades primárias ou de processamento de recursos naturais (petróleo, mineração, agronegócio, aço - metalurgia e petroquímica) (UNITED NATIONS, 2010).

Por outro lado, as pequenas e médias empresas latino-americanas muitas vezes não têm acesso ao capital e as capacidades necessárias para realizar mudanças significativas em seus métodos de produção. Como afirma Correa, et.al. (2010), muitas empresas de pequeno porte ainda não cumprem as regulamentações ambientais vigentes, nem enxergam as vantagens de investir em gestão ambiental. Estas organizações ainda não possuem a consciência sobre o impacto social e ambiental de suas atividades produtivas.

Assim, as características das empresas na América Latina são um importante determinante das práticas responsáveis e devem ser levados em conta quando se “importar” ou adaptar práticas de outros países (VIVES, 2008). A estrutura organizacional na América Latina segue um modelo francês, a forma predominante de organização é a sociedade anônima e a sociedade de responsabilidade limitada, essa estrutura, além de outras configurações legais, irá influenciar a forma de promover o comportamento responsável. Vives (2011) observa que grande parte da literatura sobre práticas de responsabilidade social vem de países mais avançados, como a Europa e os Estados Unidos, embora tenham uma estrutura empresarial semelhante, são dominados por grandes empresas e por gerências profissionais com certas diferenças em relação à realidade latino-americana.

Como menciona Flores, et.al. (2007) na Europa os marcos regulatórios, em questões ambientais são cada vez mais exigentes. Na América Latina, a legislação relacionada a algumas questões de responsabilidade social como a preservação do meio ambiente, as práticas trabalhistas, a proteção dos direitos do consumidor, governança corporativa e ética nos negócios, mesmo que existente em alguns países, esse tem apresentado grandes diferenças do ponto de vista de seu alcance e aplicação.

Também, há poucos exemplos de governos com marcos regulatórios adequados e com mecanismos de controle eficazes em questões relacionadas com responsabilidade social das empresas. Por exemplo, os Princípios de Governança Corporativa da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento foram dotados por apenas quatro países: Argentina, Brasil, Chile e México (BENITES; POLO, 2013).

Na América Latina, as organizações que promovem a RSE foram criadas, principalmente na década de 1990, como, a *Asociación de Empresarios Cristianos* (ADEC) no Paraguai; a *Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa Argentina* (ACDE) na Argentina; a *Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa* (ACDE) no Uruguai; *Perú 2021* no Peru; a *Asociación Empresarial para el Desarrollo* (AED) na Costa Rica; *Instituto Ethos* no Brasil (KORIN, 2011). Existem também organizações da sociedade civil e em menor medida, organismos públicos, que trabalham a RSE geralmente apenas em um de seus domínios, em particular o meio ambiente ou práticas de direitos trabalhistas (PEINADO-VARA, 2011).

O *Programa Latino-Americano de Responsabilidade Social Empresarial* (PLARSE) é uma realização do Instituto Ethos em parceria com a Fundação Avina, a Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO) e a rede Fórum Empresa, todas estas organizações tem como objetivo fortalecer o movimento de RSE.

O Instituto Ethos foi uma das primeiras organizações emblemáticas na região a tratar a questão de RSE. No ano de 2000 lançou um marco de indicadores de RSE para o Brasil, que serviram de modelo para outras organizações na América Latina. Os Indicadores Ethos foram traduzidos para o espanhol e adaptados para alguns países: pelo Instituto Argentino de RSE (IARSE: 2005 e edições seguintes), foram novamente adaptados pelo Perú 2021 em 2006, pela *Corporación Boliviana* de RSE (COBORSE: 2009) e pela *Asociación de Empresarios Cristianos* (ADEC: 2009), do Paraguai.

A experiência de utilização dos Indicadores Ethos no Brasil foi referência para as organizações que trabalham o tema de RSE nos países da América Latina. Assim, o PLARSE, foi concebido com o intuito de contribuir para a construção de um único padrão de indicadores de responsabilidade social na América Latina, considerando os aspectos comuns do contexto latino-americano e as realidades específicas de cada país, além de difundir o componente de indicadores de RSE do Programa Latino-Americano de Responsabilidade Social Empresarial – RSE-PLARSE. A versão latino-americana dos indicadores foi lançada no marco do PLARSE, que conta com a participação da ADEC (Paraguai), do CECODES (Colômbia), do CERES (Equador), da COBORSE (Bolívia), do IAR-SE (Argentina), do próprio Instituto Ethos (Brasil), do Perú2021 (Peru) e da UniRSE (Nicarágua).

Existem pelo menos duas entidades no âmbito regional que desenvolvem a RSE e sustentabilidade, a Rede Fórum Empresa⁴ e o Conselho Empresarial Mundial para Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development* – WBCSD, na sua sigla em inglês). Entre as organizações afiliadas ao WBCSD, no Brasil esta o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a *Comisión de Estudios del Sector Privado para el Desarrollo Sustentable* (CESPEDES) no México. A WBCSD fornece às empresas associadas serviços de difusão tecnológica relacionados à sustentabilidade, aproximações a empreendimentos inovadores e criação de vínculos com fornecedores de produtos e serviços que propiciam o desenvolvimento sustentável.

4 AS INICIATIVAS DE RSE E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL NO BRASIL E MÉXICO.

No Brasil, na década de 1990 o movimento da RSE ganhou forte impulso, frente a um movimento internacional que debatia a incapacidade do Estado de cumprir sozinho, suas obrigações sociais. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), criado em 1981, trabalhou pela aproximação entre as empresas e as ações sociais, no ano de 1993, o IBASE lançou uma Campanha Nacional, que incluía a “Carta de Ação da Cidadania” e que resultaria na “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, uma das mais criativas, inovadoras e marcantes mobilizações sociais da história do Brasil (IBASE, 1993).

Visando fortalecer o movimento pela responsabilidade social foi criado em 1998 o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social cuja missão é reunir empresas preocupadas em praticar a responsabilidade social, auxiliar às empresas a assimilar o conceito de RSE e incorporá-lo na sua gestão de negócios. Em 1998 contava com onze (11) empresas e em 2012 estavam associadas mil e quinhentas e três (1503) empresas. Seus associados são estimulados a estabelecer padrões éticos de relacionamento com seus funcionários, clientes, fornecedores e acionistas, com a comunidade em que atuam, com o poder público e com o meio ambiente (ETHOS, 2006).

Para alguns analistas (CORREA et al, 2004), até final dos anos 1990, a RSE no Brasil foi considerada basicamente como responsabilidade das empresas para implementar programas que envolvessem a sociedade, mas o assunto vem ganhando evidência e exigindo mudanças de forma que algumas empresas passam a inserir a sustentabilidade no centro dos negócios (ETHOS et al, 2010). Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial há um número crescente de empresas que vem assumindo como um de seus eixos a responsabilidade social e ambiental, rebatizada em muitas companhias como sustentabilidade (IEDI, 2009).

No Brasil o envolvimento do setor privado com a temática das mudanças climáticas

⁴ A rede Fórum Empresa é uma aliança continental de entidades empresariais que promovem a responsabilidade empresarial. Surgiu em 1997, a partir de uma conferência organizada pelo *Business for Social Responsibility*, e reúne dezesseis associações empresariais nacionais da América Latina.

também vem crescendo, um bom indicador do interesse ascendente dos empresários pelo tema foi o lançamento do programa “Empresas pelo Clima – EPC” (GVCES, 2011). Ao aderir à iniciativa, a empresa se compromete a publicar seus inventários de gases de efeito estufa de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol⁵ e desenvolver políticas e planos de gestão das emissões que promovam inovação e competitividade no contexto da transição para uma economia de baixo carbono (IEDI, 2009).

Além disso, no ano de 2005 a BM&FBovespa (Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo) com o apoio de diversas instituições, lançou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), o quarto indicador do tipo no mundo e o primeiro na América Latina. O ISE reúne as empresas brasileiras listadas na bolsa BM&FBovespa com as melhores práticas em gestão empresarial e com maior alinhamento estratégico com a sustentabilidade. Esse índice representa um incentivo para que as empresas busquem o desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente e inclusão social (BM&FBOVESPA, 2012).

Considerando as preocupações com o aquecimento global a BM&FBOVESPA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) numa iniciativa conjunta decidiram criar um índice de mercado – o Índice Carbono Eficiente (ICO2), a proposta é que o ICO2 seja um instrumento econômico de incentivo à adoção de práticas de gestão ambiental com foco em Mudanças Climáticas. Houve uma participação significativa das empresas no ICO2: das 58 empresas convidadas, 51 empresas aderiram ao índice e houve uma forte mobilização interna das empresas para realizarem seus inventários (GVCES, 2011).

No México, a RSE iniciou-se como ação filantrópica, mas a partir da década de 1990 houve mudanças, pois se passou a considerar que a filantropia não era mais suficiente para promover avanços sociais e era apenas uma parte da RSE (CORREA et al., 2004). A RSE no México, como observado por Weyzig (2007), encontra-se na fase de exploração, compreensão e adoção parcial. Ainda existem gestores que associam o termo RSE com a filantropia corporativa e não conseguem integrar as estratégias da RSE ao *core business* da empresa, nem ter suficiente compromisso com a sociedade ou o meio ambiente.

O *Centro Mexicano para la Filantropía* (CEMEFI) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, ele é o principal organismo promotor no México de responsabilidade social corporativa, usando ferramentas como o ESR (*Empresa Social Responsable*) e o reconhecimento das melhores práticas de RSE (VERDUZCO, 2003). O CEMEFI surgiu em 1988 com vinte e oito (28) empresas, em 2012 já somava oitocentos e quarenta (840) associados (CEMEFI, 2012). O CEMEFI passou assim de um enfoque puramente filantrópico para a abordagem do conceito de responsabilidade empresarial mais abrangente. Como parte dessa evolução criou a Aliança para a Responsabilidade Corporativa no México (AliaRSE), em maio de 2000, que promove empresas socialmente responsáveis por meio distintivos e premiações (ALIAARSE, 2010).

Segundo Cemefi (2012), as empresas que conseguem demonstrar um alto índice de responsabilidade social por assumir o compromisso de uma gestão socialmente responsável recebem uma distinção (Distintivo ESR[®]), que os acredita perante seus funcionários, investidores, clientes, autoridades e a sociedade em geral. No ano de 2012, uns 572 empresas de todos os setores econômicos receberam o Distintivo ESR[®].

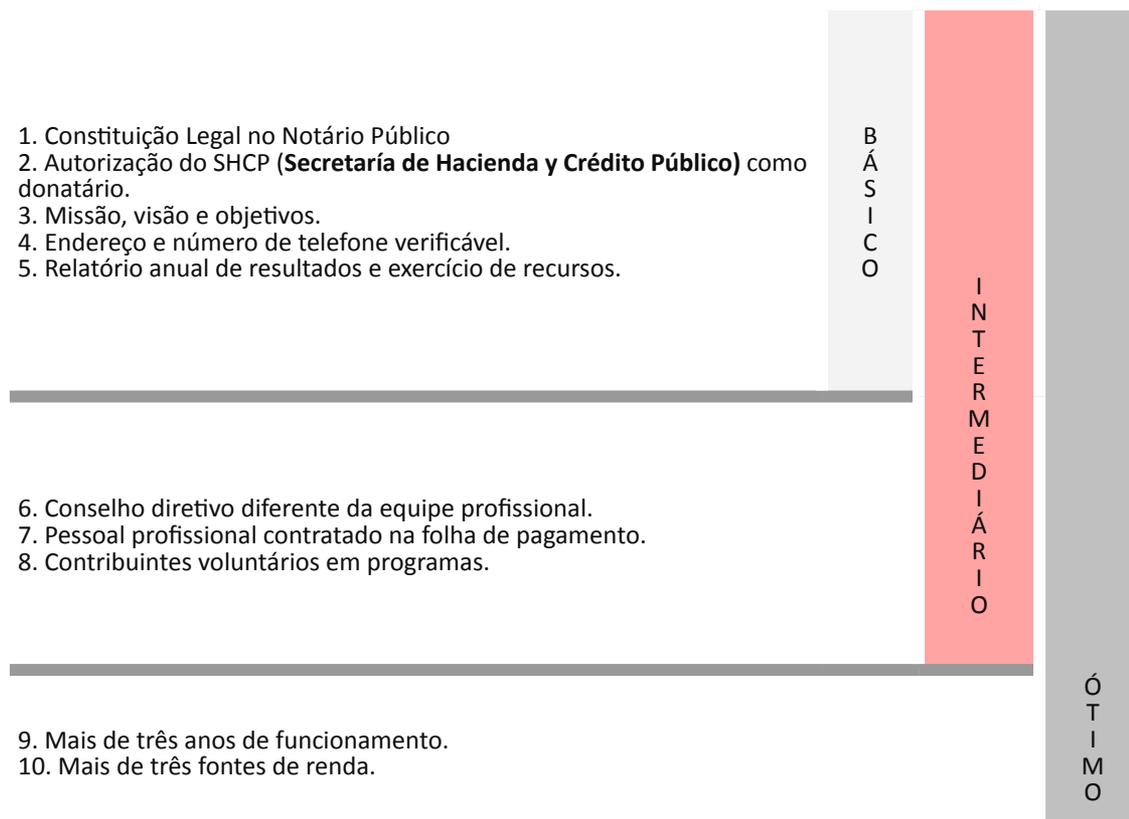
O CEMEFI e a AliaRSE promovem a RSE por meio de um processo de autodiagnóstico, que permite às empresas medir seu nível de responsabilidade social em quatro áreas estratégicas: qualidade de vida na empresa; cuidado e preservação do meio ambiente; ética empresarial;

⁵ Em 2008 foi criado o Programa Brasileiro GHG Protocol, que é aplicado de modo adaptado ao contexto nacional. O Programa Brasileiro foi lançado e implementado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e WRI, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, CEBDS, WBCSD e 27 empresas fundadoras (GVces, 2011).

vínculos e compromissos com a comunidade.

No México, além das quatro áreas estratégicas para medir o nível de responsabilidade social, o CEMEFI, como resposta à necessidade crescente que as empresas possuem de mostrar publicamente seus esforços de realizar seu trabalho profissionalmente e ser transparente na gestão dos recursos, desenvolveu indicadores de institucionalidade e transparência. Os Indicadores de Institucionalidade e Transparência são uma ferramenta de avaliação institucional, baseada em dez referências comprobatórias que refletem o nível de desenvolvimento institucional de uma organização, conforme mostrado na Figura 1.

Figura 1. Indicadores de institucionalidade e transparência.



Fonte: CEMEFI (2012).

O logotipo Institucionalidade e Transparência é o elemento gráfico que identifica as organizações que estão estabelecidas nos termos legais e fiscais, são transparentes na utilização dos seus recursos, tem uma estrutura organizacional eficiente, equilibrado e sustentável que lhe permite desenvolver profissionalmente seu trabalho e assim, gerar confiança em seus diversos públicos. No ano de 2012, 491 organizações foram acreditadas com o nível ÓTIMO nos Indicadores de Institucionalidade e Transparência (CEMEFI, 2012).

No México, a CESPEDES é a organização representativa do WBCSD e tem como propósito estabelecer e implementar estratégias que conduzam o setor empresarial mexicano para o desenvolvimento sustentável. Suas linhas de ação contemplam especialmente a promoção do desenvolvimento de estratégias sobre mudança climática, com base no desenvolvimento de inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa (GEE). O CESPEDES busca também apresentar novas opções de mercado na base econômica da pirâmide de modo a aumentar as oportunidades

para as micro, pequenas e médias empresas; além, de avaliar o impacto da mudança climática em termos de vulnerabilidade, adaptação e mitigação nos setores industriais (CESPEDES, 2012).

Parte do setor empresarial mexicano reconhece a importância das alterações climáticas e da necessidade de fazer transformações profundas em todos os níveis para enfrentar suas consequências. Assim, conscientes de sua responsabilidade tem sido implementado medidas, como o *Programa Voluntario de Contabilidad e Inventario de Gases de Efecto Invernadero* -“Programa GEI México”⁶, ele tem por objetivo desenvolver capacidades no setor industrial para preparar inventários corporativos de emissões de GEE e identificar, quantificar e documentar projetos de redução de emissões.

O “Programa GEE México”, também, tem impulsionado a adoção de estratégias para as mudanças climáticas dentro das empresas, entre elas, o desenvolvimento de estratégias de mitigação e metas de redução; desenvolvimento de programas internos de eficiência energética; identificação de riscos das alterações climáticas; identificação de oportunidades para o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) (CESPEDES, 2012).

De outro lado, à medida que a RSE se instala conceitualmente, é possível observar também a mudança de comportamento das empresas envolvidas com a temática e a busca de mecanismos de transparência difusão desses novos conceitos, práticas e padrões de desempenho, por exemplo, através dos relatórios de sustentabilidade, a adesão a princípios globais, como o Pacto Global, o uso de modelos internacionais, como Global Reporting Initiative (GRI), com a aplicação de indicadores locais, como os propostos pelo Instituto Ethos (Brasil), o CEMEFI (México).

O Pacto Global das Nações Unidas, lançado em 1999 e implementado oficialmente em julho de 2000 é uma das iniciativas das Nações Unidas mais importante assinada até agora destinada para a adoção por parte das empresas, como parte integrante de suas estratégias de negócios, de dez princípios de conduta e ação nas áreas dos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Esses princípios estão baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (GLOBAL COMPACT, 2007).

Para Núñez (2006) a assinatura do Pacto Global ajudou na disseminação do conceito de RSE no cenário internacional e tem servido como paradigma para todos os trabalhos e debates realizados sobre o assunto nesta década, os dez princípios foram incorporados por outras iniciativas, como *Global Reporting Initiative (GRI)*⁷. Assim, estas iniciativas se constituem em uma estrutura básica para o desenvolvimento, implementação, divulgação de políticas e práticas de sustentabilidade e foram concebidos para ajudar a melhorar os modelos empresariais sustentáveis. Entre seus objetivos complementares também estão os de catalisar ações em apoio aos mais amplos objetivos de desenvolvimento da ONU, incluindo, por exemplo, as Metas de Desenvolvimento do Milênio⁸ (GLOBAL COMPACT, 2012).

Segundo a United Nations (2010) as iniciativas que promovem a RSE, como o Pacto Mundial, tem conseguido penetrar em um número crescente de empresas na América Latina. O Pacto Global, nos 12 anos de existência vem recebendo continuas adesões pelas empresas

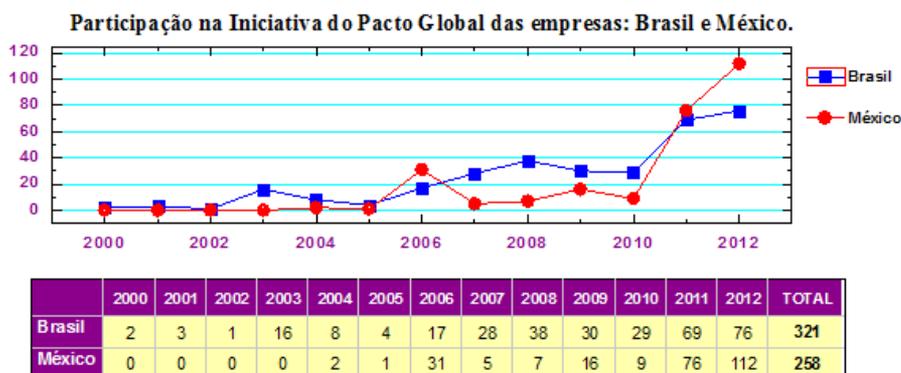
6 Esta iniciativa é coordenada pelo SEMARNAT e pela CESPEDES, com o apoio técnico do Instituto de Recursos Mundiais (WRI por sua sigla em Inglês) e do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, (WBCSD) (CESPEDES, 2012).

7 A *Global Reporting Initiative (GRI)*, uma organização criada em 1997 sob o co-patrocinio entre a *Coalition Environmentally Responsible Economies (CERES)*, e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA).

8 Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são um conjunto de oito macro-objetivos que focam em algumas causas sociais na base da degradação ambiental e estabelecem metas específicas, como a erradicação da pobreza extrema, a garantia da sustentabilidade ambiental e fomentar uma parceria global para o desenvolvimento. Os oito ODM são: Erradicar a pobreza extrema e a fome; Alcançar o ensino primário universal; Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental e Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (ONU, 2010, p. 20)

latino-americanas e, no final de 2012, o Brasil tinha 321 empresas e o México 258 empresas que aderiram ao Pacto Global conforme mostrado na Figura 2.

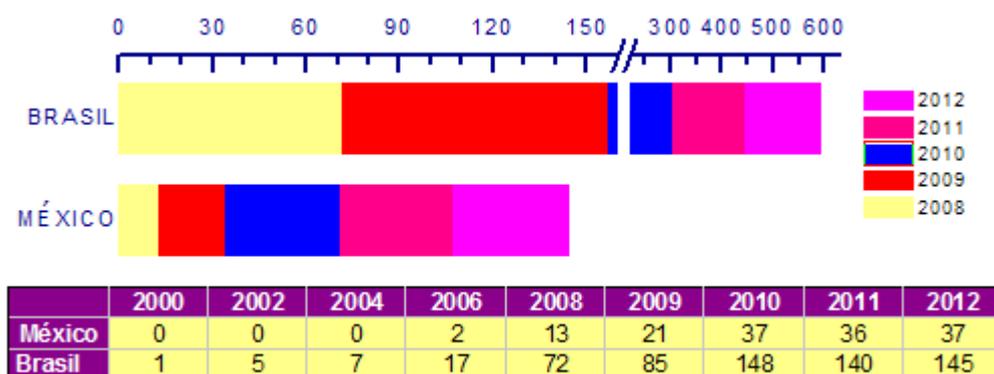
Figura 2. Participação na Iniciativa do Pacto Global das empresas no Brasil e México.



Fonte: Global Compact (2013).

O crescimento do número de empresas que divulgam seu desempenho de RSE pode ser observado no aumento de relatórios realizados conforme o modelo GRI. De 1999 a 2012, as empresas latino-americanas apresentaram 1883 relatórios neste modelo. A aplicação do modelo GRI registra-se em especial em empresas do Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru (AVINA, 2011). Até o ano 2012, segundo *global reporting* (GRI, 2013), Brasil tinha 502 empresas com relatórios de acordo aos padrões do GRI e o México 124. O número de empresas que divulgam seus relatórios de sustentabilidade nos dois países foi aumentando, principalmente observa-se esse aumento nos últimos quatro anos, conforme é mostrado na Figura 3.

Figura 3. Aumento das empresas que divulgam seus relatórios de sustentabilidade de acordo aos modelos do GRI no Brasil e México.



Fonte: Global Reporting (2013).

O aumento das empresas que divulgam seus relatórios de sustentabilidade pode ser explicado pelas próprias exigências do mercado, do público mais consciente e dos investidores mais exigentes e preparados, fazendo com que as organizações publiquem suas demonstrações com maior transparência e qualidade sobre suas práticas de RSE (ORO, et. al, 2013).

Os Relatórios de sustentabilidade tornam-se a principal ferramenta de comunicação do

desempenho econômico, social e ambiental das empresas. O modelo de relatório do GRI é atualmente o mais completo e generalizado no mundo. Suas diretrizes foram criadas com o objetivo de ajudar às empresas a articular e compreender suas contribuições ao desenvolvimento sustentável e atender ao *triple bottom line* (GRI, 2012). Os seus indicadores incluem a ação social, com destaque para direitos humanos, respeito pela sociedade, consumidores e trabalhadores, proteção ambiental e desempenho econômico.

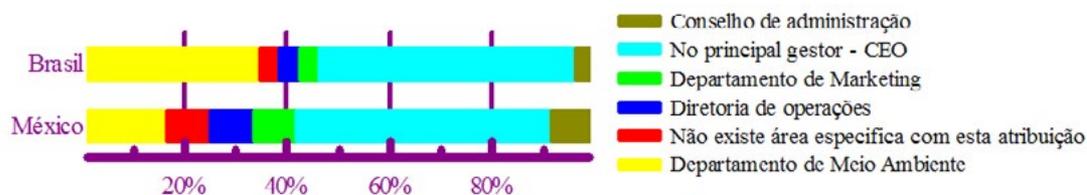
Para gerar valor a partir de considerações sociais e ambientais, como menciona Correa, et al (2010 apud BENITES; POLO, 2013) as empresas precisam melhorar a sua visão e estratégia, os seus processos internos, a sua cultura, e melhorar relações com seus *stakeholders*. Neste sentido, os mecanismos de governança para a sustentabilidade são fundamentais para que esse processo se consolide na prática (BENITES; POLO, 2013). Portanto, a preocupação por internalizar as questões socioambientais pode ser evidenciada com a existência dentro da estrutura organizacional de uma área específica que cuide desse assunto, inserida na estrutura decisória e influenciando progressivamente as escolhas estratégicas e de desenvolvimento tecnológico da empresa.

Isso porque, principalmente a área ambiental foi negligenciada e há evidências de que houve uma forte resistência na sua internacionalização no *core business*, nas declarações da missão das empresas ou nos princípios de uma cultura organizacional (FINEMAN, 1997).

Para Corazza (2003) a partir de meados dos anos 90, houve uma nova fase histórica da integração da gestão ambiental. Nesta nova fase, houve uma introdução progressiva de uma perspectiva de sustentabilidade e a atenção do departamento ambiental é voltada para a busca de oportunidades estratégicas e para a elaboração de políticas ambientais proativas. Além disso, desde começo dos anos de 1980 um novo cargo ou de uma nova função na estrutura das organizações foi introduzido: o “responsável pelo meio ambiente” ou pelo “serviço ambiental” é introduzido nas estruturas organizacionais (GROENEWEGEN; VERGRAGT, 1991 Apud CORAZZA, 2003).

Neste contexto, desenvolveu-se um questionário que foi dirigido às empresas no Brasil e no México que registraram seus projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática visando ter um panorama sobre a existência de uma unidade ou departamento de responsabilidade socioambiental nas estruturas empresariais. A aplicação deste questionário mostrou que essa área encontra-se no controle do principal gestor, dono ou CEO da empresa, algumas empresas criaram um departamento do meio ambiente e em outras ainda não existe uma área específica com essa atribuição, conforme mostrado na Figura 4⁹.

Figura 4. Estrutura Organizacional da empresa na qual está ligada a área de responsabilidade socioambiental.



Fonte: Benites (2013).

O fato levantado de que as questões de responsabilidade socioambiental estarem sob controle do dono ou do principal gestor da empresa, pode ser explicado porque na América

9 Para mais informação sobre a metodologia utilizada pode ser consultado a Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Integração de América Latina da Universidade de São Paulo, USP-PROLAM sob o título “O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na América Latina: Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável e à Responsabilidade Social Empresarial.

Latina, como em outros mercados emergentes as empresas são muitas vezes de propriedade familiar. Na região aproximadamente 75% são pequenas e médias empresas. Também há muitos conglomerados familiares, mesmo empresas listadas em bolsas têm geralmente uma participação acionária de controle familiar (CASANOVA, 2011).

Além disso, atualmente na América Latina a comercialização de grandes volumes de reduções certificadas de emissões ou créditos de carbono é dominada por grandes empresas, que detêm grande capital, recursos para interpretar e obter o máximo das oportunidades e correr o risco que um empreendimento de MDL envolve. Isto claramente escapa da realidade atual da maioria das empresas de pequeno porte. Se nestas empresas grandes o cargo/departamento de responsabilidade socioambiental ainda é relegada ou carece de competência na organização, seria válido concluir, como mostrado por Correa et al (2010) que nas pequenas e médias empresas há uma marginalização por questões ambientais, por conseguinte a implementação da área ou departamento de responsabilidade socioambiental na empresa pressupõe uma mudança na sua cultura corporativa para internalizar na sua estrutura da organização as mudanças externas voltadas para problemas socioambientais.

5 CONCLUSÕES

O estágio no qual se encontra o tema da RSE e da sustentabilidade nos dois países do estudo, segundo a tipologia proposta por Zadek, permitiu mostrar a presença dos estágios emergente e de consolidação. Nos dois países existe entidades que promovem a RSE sendo as mais representativas, o Instituto Ethos no Brasil e CEMEFI no México, mas suas diretrizes e indicadores são voluntários. Ethos tinha 1503 empresas afiliados em 2012 e CEMEFI aproximadamente 570 empresas. Há falta de órgãos públicos dedicados à promoção da RSE, também há dificuldade na identificação do seu alcance e na verificação de sua implementação, pelos poucos mecanismos de controle efetivo sobre o comportamento empresarial, assim como poucas leis e incentivos relativos aos temas de responsabilidade social das empresas.

Na América Latina, Brasil e México são países importantes pelo tamanho de suas economias. Dentre as 500 maiores empresas do mundo, segundo a classificação da Revista Fortune, a região latino-americana tem 12 empresas, o Brasil tem sete e o México três. Entre as empresas afiliadas ao Pacto Global em 2012 o Brasil tem 321 e México 258 empresas. As empresas que reportam seus desempenhos de sustentabilidade pelo modelo do GRI no Brasil e México têm aumentado nos últimos anos como foi mostrado na figura 3. Além disso, a área de responsabilidade socioambiental ainda encontra-se sob controle do dono ou do principal gestor da empresa.

Em geral o entendimento da RSE, na região latino-americana, como uma nova forma de gestão da empresa que incorpora as dimensões social, ambiental e econômica da sustentabilidade é apenas recente, instalado em um pequeno número de empresas. Não existe ainda uma implementação massiva, e nem se observa uma transformação geral na gestão empresarial, salvo nos casos isolados de empresas que lideram a temática. Trata-se de um processo com avanços e retrocessos, construído de maneira heterogênea entre os países.

Tem-se criticado as ações de RSE por serem somente iniciativas paliativas no esforço das empresas simplesmente procurar se diferenciar de seus competidores, com ações filantrópicas esporádicas ou para compensar sua falta de responsabilidade e mascarar sua irresponsabilidade e outras deficiências. Também existem críticas no sentido de que estas ações, têm relativamente pouco impacto sobre o meio ambiente e as comunidades, e não compensam os amplos danos ambientais e consequências sociais intrínsecas à escala das atividades e padrões de produção das

empresas. Consequentemente, uma das principais tarefas para promover verdadeiras práticas de RSE talvez seja a educação dos consumidores, o fortalecimento das instituições públicas de controle e o desenvolvimento de políticas públicas para a criação de incentivos para empresas sustentáveis.

Neste sentido, é evidente que ainda há muitas dificuldades que fazem com que a RSE evolua mais lentamente na América Latina do que em outras partes do mundo, como a reduzida capacidade institucional, a governança corporativa fraca, o clima de negócios menos favorável, os entraves burocráticos, além de falta de incentivos para práticas mais sustentáveis. As empresas que assumem a RSE como estratégia de negócio nos dias atuais desempenha um papel de liderança na transformação social e de mudança no curso no pensamento imperante da busca unicamente da maximização do lucro.

Por fim, o foco do estudo esteve dirigido unicamente a fazer levantamento da maturidade no qual se encontra a RSE nas duas maiores economias latinoamericanas: Brasil e México, nesse sentido, pesquisas futuras poderão complementar o presente trabalho integrando outros países da região.

REFERÊNCIAS

ALIARSE - Alianza por la Responsabilidad Social Empresarial. **La Responsabilidad Social Empresarial en México**. 2010.

AVINA – Fundação AVINA. Em busca da sustentabilidade: caminho da Responsabilidade Social Empresarial na América Latina e a contribuição da Fundação AVINA. **Fundação AVINA**. 2011.

BARTON, J. R. Eco-dependency in Latin America. **Singapore Journal of Tropical Geography**, 27 (2): 134-149, 2006.

BENITES, L. **O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na América Latina: Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável e à Responsabilidade Social Empresarial**. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, USP-PROLAM, 2013.

BENITES, L.; POLO, E. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: a governança corporativa e aplicação do *Triple Bottom Line* na Masisa. **Rev. Adm. UFSM, Santa Maria**, v. 6, Edição Especial, p. 827-841, MAI. 2013.

BM&FBOVESPA – **O Valor do ISE: Principais**

estudos e a perspectiva dos investidores. BM&FBOVESPA, GVces – centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP, São Paulo, 2012.

CARROLL, A. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.

CASANOVA, L. **El nuevo poder de las corporaciones latinoamericanas**. In: In: Vives;Peinado-Vara (Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones -Banco Interamericano de Desarrollo, 2011.

CEMEFI - Centro Mexicano para la Filantropía, A.C. Directorio de Miembros 2012 -México: **Cemefi**, 2012.

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Transformación productiva 20 años después: Viejos problemas, nuevas oportunidades**. CEPAL, 2008.

CESPEDES- Comisión de Estudios del Sector Privado para el Desarrollo Sustentable. **Líneas de acción en la promoción de RSE**. Disponível em: <http://www.mapeo-rse.info/promotor/centro-de-estudios-del-sector-privado-para-el-desarrollo-sustentable> cespedes. Acesso em: 20/12/2012.

CORAZZA, R. Gestão ambiental e mudanças

- da estrutura organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2003.
- CORRAL, A.; ISASI, I.; PÉREZ, T.; SAN MIGUEL, U. **Contribución de las empresas al Desarrollo en Latinoamérica**. Banco Interamericano de Desarrollo & IKEI, 2006.
- CORREA, M.E.; FLYNN, S.; AMIT, A. **Responsabilidad social corporativa en América Latina: una visión empresarial**. Serie 85, Medio Ambiente y Desarrollo. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL, 2004.
- CORREA, E.; VAN HOOFF, B.; NÚÑEZ, G. **Cambio y oportunidad: la responsabilidad social corporativa como fuente de competitividad en pequeña y medianas empresas en América Latina y el Caribe**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe -CEPAL, 2010.
- DONALDSON, T.; PRESTON, L. The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. **Academy of Management Review**, v 20, n 1, p. 65- 91, 1995
- ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.
- ETHOS - Instituto Ethos. **Critérios Essenciais de Responsabilidade Social Empresarial e Seus Mecanismos de Indução no Brasil**. 2006.
- ETHOS, et.al. **Responsabilidade Social Empresarial: Por que o guarda-chuva ficou pequeno?**. 2010.
- FINEMAN, S. Constructing the green manager. **British Journal of Management**, v. 8, n. 1, p. 31-38, 1997.
- FREEMAN, E. **Strategic management: A stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.
- FLORES, J.; OGLIASTRI, E.; PEINADO-VARA, E.; PETRY, I.. **El argumento empresarial de la RSE: 9 casos de América Latina y el Caribe**. Banco Interamericano de Desarrollo -BID, 2007.
- GUTIÉRREZ, R; GONZÁLEZ, L. **Normas internacionales y políticas públicas**. In: VIVES; PEINADO-VARA (Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones-Banco Interamericano de Desarrollo; 2011.
- GLOBAL COMPACT - Declaração de Genebra. **Global Compact Leaders Summit**. United Nations Global Compact, 2007.
- _____. **O Pacto Global**. Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org/Languages/portuguese/index.html> Acesso em 10/12/2012.
- _____. **Participants & Stakeholders**. Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org/index.html>. Acesso em: 06/01/2013.
- GRI – Global Reporting Initiative. **Pontos de partida: Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada?** Amsterdam, 2012.
- _____. **Sustainability disclosure database**. Disponível em: <http://database.globalreporting.org>. Acesso em 10/01/2013.
- GVCES - Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. **Mudanças Climáticas e Sustentabilidade Corporativa: Oficina de trabalho da Plataforma Empresas pelo Clima**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011.
- IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida**. Ibase, 1993.
- IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Mudanças climáticas: desafios e oportunidades para um novo desenvolvimento**, 2009.
- KORIN, M. **Los medios de comunicación relación con la Responsabilidad Social Empresarial**. In: VIVES; PEINADO-VARA

(Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones -Banco Interamericano de Desarrollo, 2011.

MARREWIJK, M. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion. **Journal of Business Ethics**, 44, may, p. 95-105, 2003.

MAZURKIEWICZ, P. Corporate Environmental Responsibility: Is a Common CSR Framework Possible?, World Bank, 2006.

MAZURKIEWICZ, P.; GRENN, L. Corporate social responsibility and multi-stakeholder dialogue. Towards Environmental Behavioral Change. World Bank's Development Communications Division. 2003.

McINTOSH, M.; LEIPZIGER, D.; JONES, L.; COLEMAN, G. **Cidadania corporativa: estratégias bem sucedidas para empresas responsáveis.** Qualitymark Editora Ltda. 2001.

MILANI, B.; RIGHI, M.; CERETTA, P.; DIAS, V. Práticas de sustentabilidade, governança corporativa e responsabilidade social afetam o risco e retorno dos investimentos?. **Rev. Adm. UFSM, Santa Maria**, v. 5, Edição Especial, p. 667-682, DEZ. 2012.

NÚÑEZ, G. **La responsabilidad social corporativa en un marco de desarrollo sostenible.** Serie Medio Ambiente y Desarrollo, Nº 72, Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe -CEPAL, 2003.

_____. **El Sector Empresarial en la Sostenibilidad Ambiental: Ejes de Interacción.** Comisión Económica para América Latina y el Caribe -CEPAL, 2006.

OLIVEIRA, J.A. **Corporate citizenship in Latin America: new challenges for business.** Journal of Corporate Citizenship, Sheffield-UK, n. 21, p. 17-20, 2006.

ONU- Naciones Unidas. **Objetivos de Desarrollo del Milenio: Avances en la sostenibilidad**

ambiental del desarrollo en América Latina y el Caribe. Comisión Económica para América Latina y el Caribe -CEPAL, 2010.

ORO, I.; RENNER, S.; BRAUN, M. Informações de natureza socioambiental: análise dos balanços sociais das empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBoVESPA. **Rev. Adm. UFSM, Santa Maria**, v. 6, Edição Especial, p. 247-262, MAI. 2013.

PEINADO-VARA, E. **RSE en América Latina.** In: VIVES; PEINADO-VARA (Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones -Banco Interamericano de Desarrollo, 2011.

PEREIRA, J. A. G., RAMOS, A., BELINKY, A., & BORN, R. **Radar Rio+ 20: por dentro da conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável.** 2011.

PORTER, M.; KRAMER, M. The link between competitive advantage and corporate social responsibility. **Harvard Business Review**, v. 11, p. 78-94, 2006.

SAVITZ, A.; WEBER, W. **The Triple Bottom Line: How Today's Best-Run Companies Are Achieving Economic, Social and Environmental Success.** Jossey bass, 2006.

TEIXEIRA, M.; MORAES, B., de. O diálogo com stakeholders na teoria e na prática: análise da relação de uma empresa pública do setor industrial com seus stakeholders, para a construção de uma política de responsabilidade social. **Rev. Adm. UFSM, Santa Maria**, v. 6, Edição Especial, p. 211-228, MAI. 2013.

TOFFEL, M.; LEE, K. Sustainability at Milipore. HBS Case No. 610-012; **Harvard Business School Technology & Operations Management Unit**, Jul 23, 2009.

UNITED NATIONS. Corporate Social Responsibility in Latin America: A Collection of Research

ch Papers from the Virtual Institute Network.
New York and Geneva, 2010.

VERDUZCO, G. **Organizaciones no lucrativas**: Visión de su trayectoria en México - El Colegio de México y CEMEFI. 2003.

VIVES, A. **El papel de la RSE en América Latina**: Diferente al de Europa?. Fundacion Carolina, Madrid, 2008.

_____. **Responsabilidad de la empresa ante la sociedad**. In: VIVES; PEINADO-VARA (Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones -Banco Interamericano de Desarrollo, 2011.

VIVES. A.; PEINADO-VARA, E. **Prólogo**. In: VIVES; PEINADO-VARA (Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones- Banco Interamericano de Desarrollo, 2011.

WEYZIG, F. **Corporate Social Responsibility in Mexico**. Accountancy Business and the Public Interest. 2007.

WOOD, D. Corporate social performance revisited. **Academy of Management review**, vol.16.n 4. p. 691-718, 1991.

ZADEK, S. The Path to Corporate Responsibility. **Harvard Business Review**. December, 2004, 82, 12, pp. 125-132.